



**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E
TRIBUTÁRIO**

Disciplina: TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL (DEF 0334)

Professor: Paulo Victor Vieira da Rocha

Local: EAD

Horário: Segundas-feiras, das 21:40h às 22:25h e das 22:30h às 23:15h

AVALIAÇÃO FINAL – P1

Instruções para avaliação: A P1 é composta de 3 casos. a) Para saber qual o caso que você deve resolver e entregar atente-se para o que prevê a “Lista Randômica” disponibilizada no sistema moddle e drive; b) A prova deverá ser entregue impreterivelmente até segunda feira, dia 07/12 às 23:59h no e-mail do auxiliar - gabrielk@usp.br -, para que ele possa centralizar as atividades e depois me passar; c) Serão admitidos no máximo 4 laudas para a prova; d) o padrão de formatação deve ser o seguinte: espaçamento simples, letra 12 na fonte Times New Roman, margem superior de 3 cm, esquerda de 3 cm, direita de 2 cm e inferior de 2 cm. e) É livre a consulta da legislação, doutrina e jurisprudência, e a(s) página(s) de referência(s) dessas fontes não será(ão) contabilizada(s) para fins do atendimento ao requisito “c”. f) dúvidas remanescentes sobre as instruções devem ser enviadas preferencialmente no privado do WhatsApp.

Boa Prova !

CASO 01

A Dropcontainer é uma das maiores multinacionais do planeta e vende espaços de armazenamento “na nuvem”. A XPTO ltda. é uma empresa brasileira muito moderna que “aposentou” todos os seus servidores aqui no Brasil e passou a armazenar todos os seus dados nos espaços virtuais cedidos pela Dropcontainer BV, constituída na Holanda.

Mensalmente a XPTO Ltda paga à Dropcontainer BV 1 (um) milhão de reais como contraprestação pelo armazenamento que lhe é disponibilizado e vem fazendo isso há alguns anos.



**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E
TRIBUTÁRIO**

Em dezembro de 2020 a XPTO Ltda. foi fiscalizada e autuada pela Receita Federal do Brasil, cobrando-lhe o Imposto de Renda Retido na Fonte, que, segundo as autoridades, deveria ter incidido sobre todos os pagamentos feitos pela autuada à empresa holandesa, pela prestação dos serviços técnicos, que, seriam a disponibilização de espaço de armazenamento.

1. Identifique os conceitos e categorias de direito tributário relevantes para solução do caso.
2. Defina-os minimamente;
3. Aponte os possíveis argumentos em favor da pretensão fiscal;
4. Aponte os possíveis argumentos em favor do contribuinte;
5. Exponha sua posição pessoal.

CASO 02

A Óculos é uma gigante mundial da tecnologia e oferece serviços de publicidade na internet, veiculando anúncios em seu “navegador”. Um de seus grandes anunciantes no Brasil, a Powertax Consultoria tributária, tem contrato celebrado com a Óculos Portugal Limitada, constituída no país ibérico, e a ela paga mensalmente quantias muito vultosas, pela veiculação de publicidade, no navegador óculos.com.br.

A Powertax foi fiscalizada e autuada em dezembro de 2021, por não ter retido na fonte e recolhido o imposto de renda, que a Receita Federal do Brasil entendeu incidente sobre os rendimentos pagos à empresa portuguesa, sob o argumento de se tratarem de serviços técnicos prestados por essa última em favor da brasileira.

1. Identifique os conceitos e categorias de direito tributário relevantes para solução do caso.
2. Defina-os minimamente;
3. Aponte os possíveis argumentos em favor da pretensão fiscal;
4. Aponte os possíveis argumentos em favor do contribuinte;
5. Exponha sua posição pessoal.



**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E
TRIBUTÁRIO**

CASO 03

A Óculos é uma empresa que atua em diversos segmentos do mundo digital e tem como um dos seus principais negócios uma ferramenta de busca de informações por meio de navegadores da internet. A Óculos, como de praxe, está constituída no Vale do Silício (Califórnia). A sua ferramenta de busca é de uso aberto e gratuito. A Óculos, no entanto, obtém altas receitas por meio de uma outra ferramenta sua, a ÓculosMaisPalavras, por meio da qual, empresas interessadas em fazer publicidade na internet associam suas páginas a determinadas palavras. Sempre que um usuário qualquer não identificado digita aquelas palavras no campo de busca da ferramenta Óculos, a empresa que pagou pelo serviço ÓculosMaisPalavras aparecerá primeiramente no resultado da busca feita pelo usuário. Não é preciso imaginar que milhões de empresas no mundo que tenham páginas na internet hoje paguem pelo ÓculosMaisPalavras, a fim de serem prioritariamente exibidas pelo sistema de busca (Óculos).

Para operar no Brasil, a Óculos Inc. constituiu uma subsidiária, a Óculos Brasil, que, por sua vez, operava como agente da sua controladora, a Óculos Inc. A Óculos Brasil agenciava a Óculos Inc nos seus negócios jurídicos, recebendo de anunciantes brasileiros a contraprestação pelas suas exibições prioritárias nos resultados de busca na ferramenta Óculos. A Óculos Brasil retinha sua comissão e remetia os demais valores à Óculos Inc.

A Óculos Brasil sempre entendeu que prestava um serviço sujeito ao ISS e assim o pagou em todos os meses. Para ser mais preciso, a Óculos Brasil entende que presta serviços de agenciamento e que o tomador de seu serviço é a Óculos Inc., por ela agenciada e que, a publicidade em si é atividade exercida pela Óculos Inc, em favor dos anunciantes brasileiros.

Contudo, em meados de 2016, recebeu fiscalização da Fazenda estadual de São Paulo e teve contra si lançado o ICMS-Comunicação, referente aos exercícios de 2012 a 2015, por prestar serviços de veiculação de publicidade na internet. O auto de infração foi mantido em todas as instâncias do processo administrativo e, na esfera judicial, a ação foi julgada improcedente. A Óculos Brasil apelou.

1. Identifique os conceitos e categorias de direito tributário relevantes para solução do caso.
2. Defina-os minimamente;



**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E
TRIBUTÁRIO**

3. Aponte os possíveis argumentos em favor da pretensão fiscal;
4. Aponte os possíveis argumentos em favor do contribuinte;
5. Exponha sua posição pessoal.